



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Relatório de Atividades

1º trimestre de 2022



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GOVERNANÇA DO TCEES	4
Visão Geral Organizacional	4
Planejamento Estratégico	5
Projetos Prioritários	5
UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES	9
Corregedoria	9
Controle Interno	9
INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE	11
Ouvidoria	11
Gestão da Comunicação	12
Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos	15
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	17
Gestão de Pessoas	17
Gestão Educacional	18
Gestão Orçamentária e Financeira	19
Gestão Documental	21
Gestão da Tecnologia	21
AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	25
Saúde	25
Insegurança Alimentar	27
Educação	27



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Meio Ambiente e Saneamento _____	28
Resíduos Sólidos _____	29
Obras públicas _____	29
Mobilidade Urbana _____	29
Governança contábil _____	30
Despesas com pessoal _____	30
Parceria Público Privada (PPP) _____	31
Parcerias interinstitucionais _____	31
Atos do Plenário e das Câmaras _____	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	34
ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL _____	36



INTRODUÇÃO

No 1º trimestre de 2022, em atendimento a sua função fiscalizadora e orientadora, o TCEES executou importantes ações e alcançou resultados positivos, tanto na área do controle da gestão pública quanto na área administrativa.

Em cumprimento ao disposto nos artigos 2º, IX e 169, §§ 1º e 2º da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES) e no art. 71, § 4º da Constituição Estadual, esta Corte de Contas elabora, trimestralmente e anualmente, o documento denominado Relatório de Atividades, que é encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O RITCEES, em seu artigo 169, §2º, traz que os relatórios de atividades conterão, além de outros elementos, as atividades específicas no tocante ao julgamento e apreciação de contas e de processos de fiscalização a cargo do Tribunal.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração deste relatório que contempla informações de destaque que foram prestadas por diversas unidades do TCEES.



GOVERNANÇA DO TCEES

Visão Geral Organizacional

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gere ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o atendimento às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros



substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico é uma moderna técnica gerencial que contribui para o alcance dos resultados almejados, mediante orientações concisas, evidentes, coerentes e harmoniosas que contempla os objetivos a serem perseguidos por toda a organização.

Devido às circunstâncias provocadas pela pandemia (COVID-19), o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Espírito, que estabelece a estratégia e direciona o comportamento e o desempenho institucional, foi uma readequação e extensão do Plano Estratégico 2016-2020 para o ano de 2021.

No segundo semestre de 2021 foi dado início ao processo de construção do próximo Plano Estratégico do TCEES.

Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

A instituição da metodologia de gestão de projetos no âmbito do TCEES encontra-se regulamentada pela Resolução TC nº 351/2021, que estabelece os critérios para constituição e gestão de projetos prioritários. Em conformidade



com esta Resolução, os projetos prioritários devem apresentar vínculo com um ou mais objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico do TCEES.

Os projetos prioritários de 2022 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

A Assessoria de Governança (Asgov) é a unidade responsável pela coordenação do processo de formulação do planejamento estratégico e também pelo monitoramento das etapas e das entregas dos produtos pactuados, visando ao desenvolvimento das ações internas da Corte, e especialmente, das ações voltadas para o aprimoramento do controle externo.

No 1º trimestre de 2022, os gestores dos projetos estratégicos, juntamente com suas equipes, elaboraram o Termo de Abertura de cada projeto. Uma das informações constantes neste documento é o escopo do projeto para este ano, conforme descrito a seguir:

Quadro 1 – Projetos prioritários para 2022

Projeto	Escopo resumido
Painel Governança	Construção de dois painéis no e-TCEES que irão compor o Painel da Governança do TCEES, juntamente com o já existente MMD. Os painéis ficarão vinculados à aba “Administrativo” no e-TCEES e poderão ser visualizados por todos os servidores e membros do Tribunal.
Processo de Gestão Administrativa (2022)	Adaptações finais para atendimento aos requisitos do envio de remessas para o CidadES Contratações; Ajustes e adequações para atendimento da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021); Melhorias gerais no sistema e-TCEES (relatórios, funcionalidades operacionais, implementação de Controles Gerenciais); implementar API de comunicação com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências	Definir os indicadores de produtividade e qualidade, os critérios de apuração e avaliação e as metas institucionais, setoriais e individuais, a fim de que a bonificação por desempenho seja paga na proporção direta do alcance das metas de produtividade e qualidade preestabelecidas para o servidor, a unidade ou o conjunto de unidades em que ele desempenhar suas funções e a instituição.



<p>Semear Cidadania (2022)</p>	<p>Levar conhecimentos acerca de direitos, deveres e de como funcionam as principais instituições públicas aos alunos/professores/membros da comunidade do Estado do ES, de maneira a construir o sentimento de cidadania nos participantes. Munir os participantes de conhecimentos, parâmetros e ferramentas institucionais de controle, principalmente através da Ouvidoria do TCEES, a fim de fomentar a participação ativa das pessoas na gestão pública para que promovam o controle social sobre os atos, agentes e instituições públicas e tenham acesso à justiça pela Corte de Contas. Busca-se, ainda, formar semeadores de cidadania que repassem aos seus pares os conhecimentos recebidos e denunciem irregularidades à Ouvidoria do TCEES e aos demais órgãos de controle.</p>
<p>CidadES – Contas (2022)</p>	<p>Desenvolver e implementar melhorias ao sistema CidadES Contas, adequando à nova estrutura de Fontes de Recursos padronizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); implementar novos controles e alertas; automatizar a formalização do procedimento de Análise Inicial de Conformidade (AIC), novos demonstrativos, por decorrência das mudanças promovidas pela STN ou de novas necessidades observadas pela área técnica, revisar e atualizar normativos associados ao módulo, alterar modelo de dados; criar e revisar consistências e pontos de controles; realizar atendimento aos jurisdicionados, dentre outras melhorias.</p>
<p>Painel de Controle (2022)</p>	<p>Evoluir os painéis do Estado, municípios, prestação de contas, pessoal, previdência, planejamento governamental e concessões comuns. Implantar painéis para acompanhamento das determinações expedidas em pareceres prévios, dos julgamentos das contas dos prefeitos e da educação.</p>
<p>Parecer Prévio Reconhecido e Transparente (2022)</p>	<p>Promover ações coordenadas para promoção do reconhecimento dos pareceres prévios emitidos pelo TCEES, como instrumento de transparência, controle social e fortalecimento da cidadania.</p>
<p>CidadES – Folha de Pagamento (2022)</p>	<p>Realizar revisão e atualização dos normativos associados ao módulo. Realizar atualização de layout. Revisar e aprimorar consistências e pontos de controle. Realizar cruzamento de dados do módulo Folha de Pagamento com os demais módulos do CidadES. Realizar extrações de dados para órgãos externos (TCU, CGU, etc.). Realizar atendimento aos jurisdicionados.</p>
<p>CidadES - Contratação (2022)</p>	<p>Implantar o módulo CidadES Contratação; estabilizar o recebimento das remessas de dados; especificar e desenvolver as alterações do módulo em relação à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos); avaliar e levantar requisitos para as saídas e a utilização de dados do módulo para as equipes de auditoria, assim como para os painéis de controle do portal do TCEES.</p>
<p>CidadES - Atos de Pessoal (2022)</p>	<p>Especificar e desenvolver o recebimento das remessas, tabela de regras para a concessão do benefício, pontos de controle para análise eletrônica, geração das peças processuais (extrato da remessa e ITC. Implantar o sistema e acompanhar para eventuais correções necessárias.</p>



Sistema de fiscalização (2022)	Elaborar um documento de especificação das funcionalidades que devem ser disponibilizadas pelo módulo de fiscalização do sistema e-tcees para os instrumentos de fiscalização do tipo auditoria financeira, auditoria operacional, inspeção, levantamento e monitoramento, por meio da adaptação das funcionalidades utilizadas nas auditorias de conformidade.
Padronização e gestão de achados	Criar um banco de não conformidades e distorções relevantes padronizado no e-TCEES, e que será correlacionado com todas as peças de instruções processuais, para acompanhamento e gestão das irregularidades dos processos de controle externo do TCEES.
Ambiente de Análise de Contas	Consolidar a sistemática de análise compartilhada de contas de prefeitos e de presidentes de câmara municipal, aprimorando a automatização do escopo de análise prescrito na Resolução TC 297/2016 e evoluindo a qualidade do relatório técnico elaborado na instrução processual.
Instrução Assistida - e-TCEES	Especificação da automatização de template de peças técnicas para instruções processuais e protocolares no e-TCEES, elaboradas no âmbito da Secex Fiscalizações, incluindo banco de não conformidades padronizado, vinculando-o à jurisprudência do Tribunal.
Seleção de denúncias e representações para processamento	Regulamentação dos critérios previstos no art. 177-A do RITCEES para o processamento de Denúncias e Representações. Especificação de critérios objetivos para risco, relevância, materialidade e oportunidade, previstos no §1º do art. 177-A do RITCEES. Definição de metodologia de aferição dos critérios mínimos para prosseguimento de processo de controle externo. Consolidação e proposição de Ato Normativo.
CidadES - Relatórios para ações de controle	Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo de atos de pessoal e previdência. Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo de obras e serviços de engenharia (Construção Civil pesada, Edificações e Meio Ambiente, Saneamento e recursos hídricos). Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo de aquisições e contratações de serviços em geral, em especial, com foco a atender o Núcleo de outras fiscalizações. Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo de serviços de desestatização e regulação. Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações de controle externo de políticas públicas sociais. Definição dos principais relatórios que auxiliem nas ações estratégicas de controle externo.

Fonte: Assessoria de Governança



UNIDADES DE APOIO À GOVERNANÇA DO TCEES

Corregedoria

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, e tem como Corregedor, no biênio 2022-2023, o Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando a melhoria do desempenho do órgão e a prevenção e apuração de condutas de membros e servidores.

No 1º trimestre de 2022 a Corregedoria do TCEES apresentou o sistema de controle de prazos e o Observatório de Desempenho Institucional à Corregedoria do Tribunal de Contas de Pernambuco. Houve, também, reunião com o Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social, da Atricon, acerca da instituição do dia nacional do corregedor, bem como sobre o planejamento do encontro nacional das corregedorias a ser realizado no Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Ainda no período, foram realizadas diversas atividades técnicas e administrativas, tais como instrução de pedidos de nada consta de processos administrativos disciplinares, formulados por servidores, para fins de aposentadoria; acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo; elaboração do Relatório Bimestral do Observatório de Desempenho Institucional; e instrução de processos disciplinares e de consultas éticas.

Controle Interno

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das



normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

No 1º trimestre de 2022, o NCI realizou as seguintes atividades de natureza técnica, no âmbito de suas competências regimentais:

Foi realizada auditoria de gestão, com vistas a atuar tempestivamente sobre os atos de gestão praticados pela Administração do TCEES, através do acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e do Relatório de Gestão Fiscal do TCEES, referente ao 3º quadrimestre de 2021.

No que tange à Prestação de Contas Anual do TCEES, referente ao exercício de 2021, o NCI produziu o Relatório de Atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno (RELACI) e o Relatório e Parecer Conclusivo do Controle Interno na Prestação de Contas Anual (RELUCI), abordando pontos de controle aplicados às amostras selecionadas segundo os critérios de risco, considerando-se os aspectos de materialidade, relevância e criticidade, em consonância com os pontos de controle constantes do Anexo III da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020.

Foram verificados, no total, 16 pontos de controle, além da análise formal de conformidade das peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas do TCEES (Processo TC nº 00734/2022-6), nos termos do Anexo III da IN 68/2020, e parecer acerca da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal da instituição.



INFORMAÇÕES PARA A SOCIEDADE

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal que contribui para uma maior transparência e eficiência na Administração Pública. Prevista no artigo 7º, da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 621/2012) e do RITCEES, a Ouvidoria do TCEES foi criada no ano de 2013 com a importante função de promover a coparticipação dos cidadãos no exercício do controle da Administração Pública, constituindo-se como canal de comunicação entre o Tribunal de Contas e a sociedade.

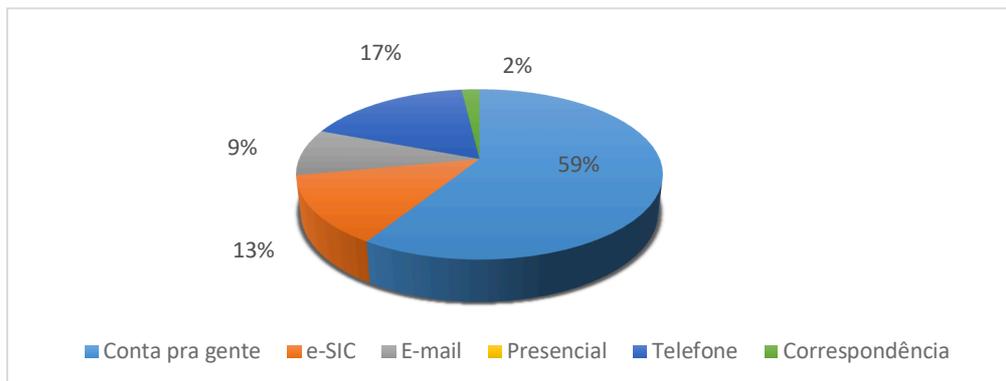
Os canais de comunicação da Ouvidoria estão disponíveis a todos os cidadãos, entidades ou agentes públicos e por meio deles qualquer pessoa pode manifestar a sua opinião sobre os serviços prestados pelo TCEES, buscar informações sobre processos e documentos que tramitam na Corte, noticiar a ocorrência de irregularidades no âmbito da administração pública estadual e municipal, bem como registrar sugestões, elogios ou reclamações.

No 1º trimestre de 2022, a Ouvidoria do TCEES realizou o registro de 214 demandas, sendo 186 demandas típicas (solicitação, notícia de irregularidade, sugestão, reclamação e elogio) e 28 pedidos de acesso à informação.

O canal mais utilizado pela população para o envio de manifestações é o sistema Conta pra Gente, com o recebimento de 126 manifestações, o que correspondeu a 59% do total de manifestações recebidas, como ilustrado no gráfico abaixo:



Figura 1 - Canal Mais Utilizado



Fonte: Ouvidoria

Ressalta-se que a produtividade da Ouvidoria no 1º trimestre de 2022 teve um aumento de 35% quando comparada a quantidade de manifestações atendidas no 1º trimestre de 2021. Todas as manifestações foram respondidas dentro do prazo legal (Leis nº 12.527/2011 e 13.460/2017), alcançando a meta estabelecida para o período.

Sobre o índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela Ouvidoria, aponta-se, no período, o recebimento de 15 avaliações (06 no sistema “Conta pra Gente” e 09 no sistema e-SIC), sendo que em 12 avaliações (80%) os usuários avaliaram o atendimento com notas 5 (muito satisfeito – 11 avaliações) e 4 (satisfeito – 1 avaliação).

Gestão da Comunicação

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, visando a transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Instagram (que conta com mais de 10 mil seguidores) e Twitter, o Tribunal amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet. No quadro 2 estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (ASCOM).



Quadro 2 - Principais atividades da ASCOM

Principais atividades de comunicação	1º trimestre de 2022
Jornalismo	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	9
Nº de entrevistas coletivas	1
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	7
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	338
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 951.733,58
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	131
Nº de notícias inseridas na Intranet	52
Redes sociais	
Nº de postagens em redes sociais	191 postagens
Nº de visualizações em redes sociais	365.863 impressões
Nº e vídeos postados (Facebook e Instagram)	16 vídeos
Audiovisual	
Nº de campanhas internas realizadas	1
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	120 jobs

Fonte: ASCOM

No 1º trimestre de 2022, foi realizada a divulgação do boletim “Poder empregador da Administração Pública Municipal” em que foi apresentado que em 30% dos municípios capixabas a prefeitura emprega mais da metade dos empregos formais. A partir da publicação, o release foi encaminhado para as redações, gerando repercussão na mídia local e ocupando espaços em televisão, rádio e veículos online. A informação foi, ainda, tema do editorial do dia 18 de fevereiro de A Gazeta. Nas redes sociais, o conteúdo foi trabalhado com um post em carrossel, com as principais informações do boletim, gerando 184 curtidas, 14 comentários, 77 compartilhamentos e 6 salvamentos do post.



A equipe da Ascom esteve envolvida na cobertura das agendas do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) da Educação, acompanhando reuniões nos municípios de Colatina, Barra de São Francisco, São Mateus, Linhares, Venda Nova do Imigrante, Ibatiba, Cachoeiro de Itapemirim, Iconha, Santa Teresa e de Vitória. Foram produzidos conteúdos em texto, foto e vídeo para o portal e redes sociais. O lançamento do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) movimentou as redes sociais com a postagem de 5 conteúdos no feed, entre imagens e reels, além de dezenas de stories durante as visitas e coberturas das reuniões realizadas pelo Estado.

No âmbito das redes sociais, o 1º trimestre de 2022 foi marcado pelo lançamento do “Nossa Gente” que visa a valorização do público interno, seja quem está na linha de frente da fiscalização ou na administração do Tribunal. O trabalho começa com a pesquisa de nomes para “estrelar” a editoria. Depois, a equipe do jornalismo entra em ação para a entrevista com o (a) servidor (a) e produção de texto/perfil. O audiovisual faz a produção das fotos e, por fim, o material é postado sempre às sextas-feiras, com periodicidade de 15 dias, no Instagram LinkedIn, Facebook e, também, na Intranet. O primeiro post do Nossa Gente, no Instagram, entrou no dia 4 de março e alcançou excelente resultado: 165 curtidas, mais de 2 mil contas alcançadas, sendo 296 de não seguidores.

Para passar informações relevantes ao público de maneira mais leve, divertida, atual, porém, com conteúdo, estão sendo produzidas “trends”. A primeira foi a trend #ThatsNotMyName, que alcançou mais de 5,8 mil visualizações, sendo o melhor resultado do Instagram do TCEES.

Ainda no trimestre, houve o lançamento do “Acontece”, uma editoria visa divulgar as principais agendas e informações sobre as atividades da Corte em formato de vídeo/reels. O primeiro episódio foi postado no dia 22 de março sobre a devolução de R\$ 70 milhões de recursos economizados pelo TCEES ao Governo do Estado.

A data do Dia da Mulher foi registrada no Instagram com uma campanha que teve como mote “#EuSouProtagonistadaMinhaHistória. Foi feito um mosaico



com 6 posts homenageando as mulheres da Corte que estão à frente das secretarias de Engenharia, Políticas Públicas, Tecnologia da Informação e Contabilidade. Elas foram fotografadas em estúdio para a criação das peças e o conteúdo foi produzido a partir das entrevistas realizadas com as personagens.

Montante de Multas e Ressarcimentos Recolhidos

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. No 1º trimestre de 2022, o MPC emitiu 19 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 54.723,36), R\$ 24.979,11 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 29.744,25 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado no quadro 3:

Quadro 3 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no 1º trimestre de 2022.

Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES	1º trimestre 2022
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 24.979,11
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 29.744,25
Total	R\$ 54.723,36

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.



Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no 1º trimestre de 2022 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos.

Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade específica denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

No intuito de demonstrar a visão geral dos colaboradores do TCEES, a seguir consta a representação do seu quadro de pessoal:

Figura 2 - Quadro de pessoal TCEES



Fonte: sistema e-TCEES



Dos 495 colaboradores, 54% são efetivos, 44% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES.

Gestão Educacional

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus membros, servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No 1º trimestre de 2022, houve a participação de 5.603 pessoas, incluindo servidores e membros do Tribunal e os jurisdicionados, nos eventos e cursos promovidos pela ECP em modalidade presencial e EAD.

No quadro 4 seguem números que demonstram a evolução de cursos e expansão da capacitação pela ECP.

Quadro 4 - Resultados da capacitação

Resultados da capacitação	1º trimestre 2022
Eventos	
Eventos para servidores do TCEES	15
Interno (promovido pelo TCEES)	-
Externo (promovido por outras instituições)	5
Iniciativa do servidor	2
Outros eventos	8
Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)	7
Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)	4
Pessoas capacitadas	5.603
Servidores e membros do TCEES	47
Jurisdicionados (Presencial)	220
Jurisdicionados (EAD)	5336
Horas de capacitação	11.455
Servidores e membros do TCEES	698



Jurisdicionados (Presencial)	21
Jurisdicionados (EAD)	10736

Fonte: ECP

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$ 1.000.000,00 foram utilizados R\$ 628.883,52 para capacitação no 1º trimestre.

Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento do TCEES para o exercício de 2022 apresentou dotação orçamentária de R\$ 150.589.405,00. O Quadro 5 apresenta a execução orçamentária ocorrida no trimestre avaliado.

Quadro 5 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada ⁽¹⁾	Empenhado ⁽¹⁾	Liquidado ⁽¹⁾	Pago ⁽¹⁾
Despesas correntes	147.615.925,00	147.615.925,00	125.061.619,00	35.175.158,88	34.865.504,88
Pessoal	113.490.595,00	113.490.595,00	103.801.953,68	30.923.327,91	30.649.660,15
Pessoal - Ativo	113.490.595,00	113.490.595,00	103.801.953,68	30.923.327,91	30.649.660,15
Outras despesas (custeio)	34.125.330,00	34.125.330,00	21.259.665,32	4.251.830,97	4.215.844,73
Despesas de capital (investimento)	2.973.480,00	2.973.480,00	175.576,00	-	-
Total Geral	150.589.405,00	150.589.405,00	125.237.195,00	35.175.158,88	34.865.504,88

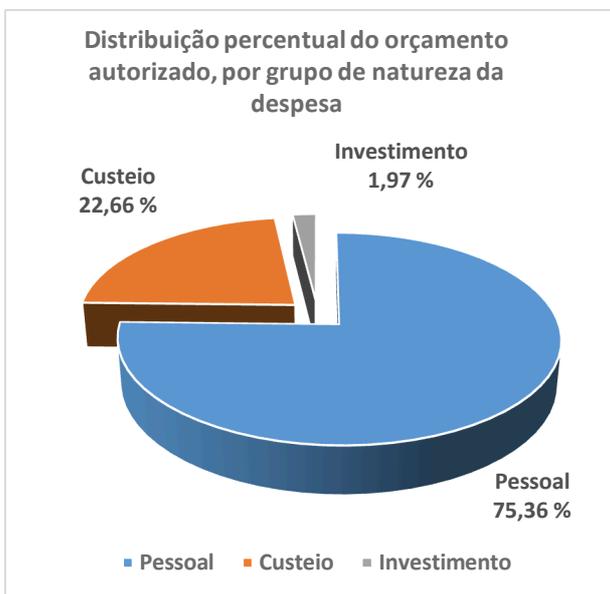
(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)

Também podem ser observados graficamente a distribuição percentual do orçamento autorizado e da despesa liquidada, ambos classificados por grupo de natureza da despesa:

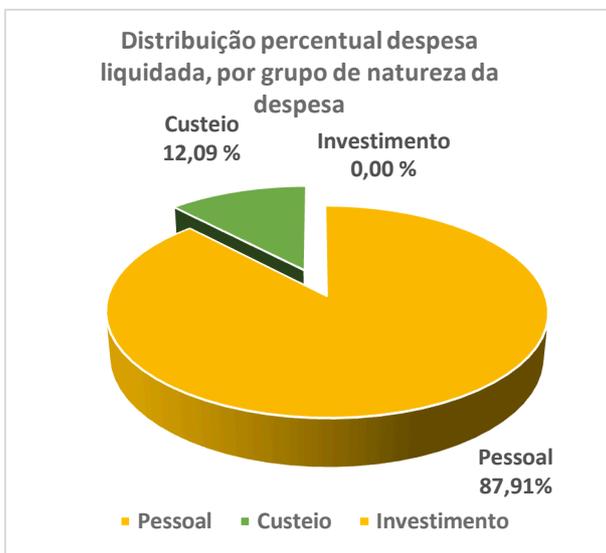


Figura 3 - Distribuição percentual do orçamento autorizado



Fonte: SFC

Figura 4 - Distribuição percentual de despesa liquidada



Fonte: SFC



Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle dos Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 6 constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 6 - Atividades NCD

Atividades NCD	1º trimestre de 2022
Correspondências expedidas	638
Correspondências recebidas	1396
Nº de processos arquivados	2454
Nº de atendimentos online	2010
Nº atendimentos presenciais	697

Fonte: NCD

Gestão da Tecnologia

O TCEES vislumbrava há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que vem possibilitando a manutenção do teletrabalho sem que houvesse a paralisação das atividades da Corte. No quadro 7 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 7 - Dados de Evolução da TI

Evolução da Tecnologia da Informação	1º trimestre 2022
Estações de trabalho	651
Servidores com acesso aos recursos da rede	561
Número de chamados resolvidos no período	2.597



Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	3
Sistemas em funcionamento	74
Desenvolvidos pela STI	62
Adquiridos de terceiros	12

Fonte: SGTI

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:

Quadro 8 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Acompanhamento de Execuções (Cobranças)	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a Secretaria do Ministério Público Especial de Contas (SMPC) na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
Ambiente de Validação do Sistema de Contratação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes à contratações públicas.
Avaliação de Tarefas	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
Banco de Achados	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
diárioBOT	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCEES.
Geo-Obras	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
Gestão das Sessões Plenárias	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
Gestão de Enquetes	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.



Gestão de Procuradoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
Gestão de Relatoria de Processos	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
LRFWeb	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
Monitoramento de Deliberações	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
PACE – Plano Anual de Controle Externo	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE)
Painéis de Gestão	<p>Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais.</p> <p>Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão geral de processos; • Prazos de julgamento de processos de controle externo; • Prazos de tarefas; • Prazos no setor; • Processos prioritários de acordo com a Resolução 300/2016; • Execução orçamentária; • Gestão do Orçamento; • Visão geral de processos administrativos; • Recursos Humanos; • Fiscalizações; • Deliberações; • etc. <p>Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
Painel de Acompanhamento do MMD	<p>Painel do e-TCEES que exibe a avaliação do TCEES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON.</p> <p>Estão disponíveis as seguintes informações:</p> <p>Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV;</p> <p>Quadro Analítico: exibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.</p>
Prestação de Contas Anual	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
Prestação de Contas Mensal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Processo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
Protocolo Eletrônico	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
Sistema de Atos de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
Sistema de Benefícios	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
Sistema de Estrutura de Pessoal	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
Sistema de Fiscalização	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.
Sistema de Folha de Pagamento	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
Sistema de Levantamento de Educação	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)	<p>Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.</p> <p>Esse serviço foi descontinuado a partir do exercício de 2013, sendo substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Atualmente é utilizado apenas para consulta</p>

Fonte: SGTI



AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é um instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No 1º trimestre de 2022, foram realizadas análise e instrução de processos de consultas, recursos, pedido de revisão e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados boletins da macrogestão governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento informativo por meio do link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/>

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

Saúde

No período, houve o monitoramento quanto ao cumprimento da decisão emitida pelo TCEES que determinava o armazenamento de imunizantes em câmeras refrigeradas, conforme previsto no Manual de Rede de Frios do Ministério da



Saúde. Neste trabalho foi constatado que dos 24 municípios, que no início da fiscalização ainda armazenavam imunizantes em geladeiras domésticas, apenas 2 ainda se encontram em processo de aquisição de câmeras refrigeradas. Como resultado desta fiscalização, constata-se maior segurança à imunização capixaba, não só para COVID-19, mas também para os demais imunizantes.

Outra ação importante realizada na área de saúde foi o acompanhamento da imunização infantil contra a Covid-19 nos municípios do Estado do Espírito Santo. Como benefício desta fiscalização, estima-se que a vacinação deste público ocorra de forma mais equânime entre os municípios, com aumento em ações efetivas visando aumentar a adesão, além de uma maior participação das secretarias municipais de saúde conjugada com articulações intersetoriais, e por fim, a aceleração na imunização infantil com o atingimento da meta prevista.

Ainda sobre a temática saúde, foi concluída no trimestre a auditoria operacional que compreendeu o acompanhamento e monitoramento do cumprimento das metas e estratégias parciais e finais dos planos de saúde dos municípios selecionados com foco nas ações de promoção, prevenção e cuidado com a diabetes e seus principais fatores de risco.

Como resultado desta fiscalização, espera-se que os municípios realizem efetivamente as metas e ações inseridas nos seus planos, e ainda, que haja aumento dos exames de glicemia de jejum para os usuários com 45 anos de idade ou mais assintomáticos, a fim de garantir o diagnóstico e tratamento precoces e minimize os riscos de desenvolvimento de complicações. Outra expectativa é quanto aos medicamentos e insumos de forma a garantir a assistência farmacêutica adequada em quantidade e qualidade aos pacientes diabéticos.



Insegurança Alimentar

Está em fase de execução um levantamento sobre a insegurança alimentar, no intuito de conhecer a situação sobre a temática nos municípios do Estado do Espírito Santo, os fatores relacionados ao fenômeno e as ações e órgãos do poder público responsáveis pelo enfrentamento do problema.

Educação

O acompanhamento de volta às aulas também foi objeto de controle no período. Como resultado deste trabalho foram produzidos encaminhamentos e elencados temas de principal atenção para o retorno presencial das atividades escolares em 2022.

Foi realizada também no período uma auditoria operacional sobre as desigualdades educacionais que culminou em recomendações e determinações tendo por foco os arranjos de governança para o combate às desigualdades educacionais no Estado.

Ainda sobre o tema educação, o plenário do TCEES aprovou a proposta de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), a ser celebrado entre o Tribunal, os municípios e o governo do Estado do Espírito Santo para corrigir inadequações na rede escolar de ensino capixaba que causam a desigualdade educacional e a não garantia do padrão mínimo de qualidade do ensino.

Os objetivos do TAG são a eliminação da concorrência entre as redes da educação básica municipal e estadual; a otimização e o reordenamento das redes da educação municipal e estadual; a definição de critérios mínimos exigidos para a escolha do gestor escolar; e a criação de uma câmara regional de compensação para disponibilização de servidores entre as redes de educação básica.



Para a apresentação do conteúdo do TAG foram realizadas reuniões em diversos municípios das regiões noroeste, norte e sul do Estado. Houve também um encontro em Vitória com os representantes da Região Metropolitana. Nestes eventos, prefeitos, secretários de educação e procuradores municipais de todos os municípios destas regiões tiveram conhecimento e demais orientações sobre o instrumento.

Meio Ambiente e Saneamento

No trimestre, foi iniciada fiscalização que tem como objetivo acompanhar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo em vista as metas estabelecidas na Lei Federal nº. 11.445/2007 (Marco de Saneamento).

O acompanhamento se dará por meio da comparação evolutiva dos indicadores de atendimento total e urbano de água potável e coleta de esgoto, de tratamento de esgoto, de arrecadação proporcionada pelo sistema e investimentos em saneamento básico, de ligações faltantes de esgoto e água, bem como dos índices de perdas de água na distribuição, de perdas volumétricas de água e de perdas de faturamento, a partir dos dados fornecidos pelos 78 municípios do Espírito Santo ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

Além dos indicadores dos SNIS, os titulares destes serviços públicos forneceram informações sobre os investimentos realizados e metas atingidas em 2021, bem como os recursos constantes da LOA 2022 e metas previstas.

Ao final da fiscalização, prevista para abril, será possível o TCEES avaliar a evolução dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em cada um dos 78 municípios, bem como conhecer o ranking de saneamento básico dos municípios capixabas (RSBMC) 2022 e compará-lo com o RSBMC 2021. Destaca-se que o acompanhamento do RSBMC contribuirá para o alcance das metas do ODS 6 “Água Potável e Saneamento”.



Resíduos Sólidos

Foi iniciada no trimestre, a fiscalização, na modalidade de acompanhamento, quanto às providências adotadas pelos titulares do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos quanto à sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de manejo de resíduos sólidos (SMRS), em conformidade com o art. 29, II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Com este trabalho, objetiva-se contribuir com a implementação da Política Pública de Saneamento Básico, melhoria dos gastos e governança pública, além de contribuir para o alcance das metas dos ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, em especial a meta 11.6: “Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros” e ODS 12 “Consumo e Produção Sustentáveis”, em especial a meta 12.5: “Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso”.

Obras públicas

Estão em andamento o acompanhamento da construção do hospital de Cariacica, pelo DER, e da penitenciária de Vila Velha VI, pela SEJUS, com vistas a garantir a entrega da obra com qualidade e preços adequados e no prazo correto.

Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana também é tema de fiscalização, na modalidade de auditoria de conformidade, pelo Tribunal, em que se controla a ampliação da capacidade



e a implantação de ciclovia na Terceira Ponte observando, especialmente, a motivação da obra, a regularidade da licitação e o impacto nas obrigações da concessionária, no que tange à manutenção da estrutura, e, ainda estão sendo avaliados os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental (EVTEA) das obras, bem como a acessibilidade à ciclovia.

Outra ação importante que está sendo realizada, na temática mobilidade urbana, pelo Tribunal é a fiscalização das obras de implantação de faixa exclusiva para transporte público coletivo do Programa de Mobilidade Urbana do município da Serra.

Governança contábil

Está sendo realizado um levantamento no intuito de diagnosticar as estruturas dos departamentos de contabilidade das unidades gestoras municipais, com o objetivo de contribuir para a promoção de ações que visem uma melhoria na governança contábil dos municípios e conseqüentemente uma melhoria qualitativa nas informações prestadas ao Tribunal de Contas.

Despesas com pessoal

No trimestre, houve a elaboração de cenários da despesa com pessoal do ano de 2022 de todos os jurisdicionados do Tribunal. Estas informações encontram-se disponibilizadas no Painel de Controle, acessando o link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/informativo>

Outra ação, ainda em fase de execução, é a fiscalização quanto ao cumprimento das medidas restritivas previstas no art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) durante o exercício de 2021, em virtude do descumprimento do limite prudencial da despesa total com pessoal ao final do exercício de 2020, com a finalidade de subsidiar a apreciação e o julgamento



das contas anuais prestadas pelo chefe do Poder Executivo Municipal de 2021 neste ponto de controle previsto na Resolução 297/2016.

Parceria Público Privada (PPP)

Encontra-se em andamento a análise do cumprimento dos indicadores de desempenho do contrato de PPP da Cesan para saneamento de Vila Velha, com ênfase na meta de universalização do esgotamento sanitário.

Parcerias interinstitucionais

Em parceria com o Instituto Jomes dos Santos Neves (IJSN), o Tribunal realizou a entrega de sua parte das análises para compor o 2º Relatório de Levantamento que trata do acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos municípios do Estado do Espírito Santo.

Também em parceria com o IJSN estão sendo executadas atividades que visam a realização de análise territorial da situação de saúde nos municípios do Espírito Santo, a partir da identificação das necessidades e desigualdades no território capixaba, com o objetivo de produzir informação e conhecimento para orientar, de forma qualificada e a partir de evidências, as ações em saúde coletiva no Estado.

Também merecem destaque as parcerias do TCEES com o Ministério Público / Gaeco, Polícia Civil / Delegacia de Combate à Corrupção e com a Controladoria Geral da União / Regional ES que visam identificar casos relevantes que possibilitem ações de controle. Há também o compartilhamento de informações com a Polícia Federal com vistas a dar suporte as suas ações.



ATOS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

O Plenário é constituído por sete conselheiros e dirigido pelo conselheiro presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no 1º trimestre de 2022:

Figura 5 - Atos Normativos



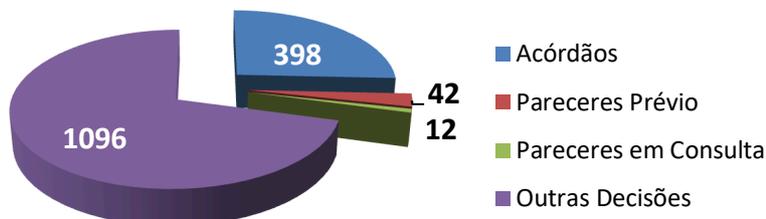
Fonte: Adaptado de SGS

O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por três Conselheiros e dois Conselheiros Substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:



Figura 6 - Apreciações e Julgamentos

Apreciações e Julgamentos



Fonte: Adaptado de SGS

Para o alcance do quantitativo de apreciações e julgamentos apresentados, foram realizadas por este Tribunal, somadas as sessões realizadas pelo Plenário, 1º e 2º Câmaras e Conselho Administrativo, o total de 41 sessões no 1º trimestre de 2022.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluído o 1º trimestre de 2022, verifica-se que houve avanço nas diversas áreas de atuação do TCEES, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional.

Dentre as diversas ações que se destacaram no 1º trimestre de 2022, apontam-se:

- ✓ O TCEES inicia o ano com 16 projetos prioritários alinhados com a estratégia da Corte de Contas para a gestão 2022.
- ✓ A produtividade da Ouvidoria aumentou 35% quando comparada a quantidade de manifestações atendidas no 1º trimestre de 2021. Quanto ao índice de satisfação do usuário acerca do atendimento prestado pela unidade, tem-se que 80% dos usuários avaliaram o atendimento com notas 5 (muito satisfeito) e 4 (satisfeito).
- ✓ O envolvimento da Assessoria de Comunicação do TCEES nas redes sociais, em destaque para as “trends” e videos com a editoria “Acontece”, que divulga as principais agendas e informações sobre as atividades da Corte.
- ✓ A Escola de Contas Públicas capacitou neste trimestre mais de 5 mil pessoas, incluindo servidores da instituição e jurisdicionados, nos eventos e cursos em modalidade presencial e EAD.
- ✓ A área técnica acompanhou a imunização infantil contra a Covid-19 nos municípios do ES. Com o trabalho, estima-se que a vacinação deste público ocorra de forma mais equânime entre os municípios.
- ✓ Houve também o acompanhamento da volta às aulas, produzindo encaminhamentos e elencando temas de principal atenção para o retorno presencial das atividades escolares em 2022.



- ✓ Aprovação da proposta de Termo de Ajuste de Gestão (TAG), a ser celebrado entre o Tribunal, os municípios e o governo do Estado do Espírito Santo para corrigir inadequações na rede escolar de ensino. O TCEES realizou reuniões em diversos municípios das regiões noroeste, norte e sul do Estado, além de um encontro com representantes da Região Metropolitana.
- ✓ O TCEES iniciou fiscalização que objetiva acompanhar a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, tendo em vista as metas estabelecidas no Marco de Saneamento.
- ✓ Realização de fiscalizações em mobilidade urbana quanto à ampliação da sua capacidade e a implantação de ciclovia na Terceira Ponte e em obras de implantação de faixa exclusiva para transporte público coletivo do Programa de Mobilidade Urbana do município de Serra.
- ✓ Realização de diagnóstico das estruturas de departamentos de contabilidade das unidades gestoras municipais, com o objetivo de contribuir para a promoção de ações que visem uma melhoria na governança contábil dos municípios e conseqüentemente uma melhoria qualitativa nas informações prestadas ao Tribunal de Contas.
- ✓ Elaboração de cenários da despesa com pessoal do ano de 2022 de todos os jurisdicionados do Tribunal, disponibilizados no Painel de Controle do TCEES.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Presidente do TCEES

